

TERRITÓRIO DO MEDO: DESVENDANDO A LGBTFOBIA NO BRASIL RURAL

Jeam Claude de Souza Gomes¹

Winifred Knox¹

Pedro Henrique Bezerra Farias¹

Resumo: O presente artigo pretende investigar e refletir sobre a violência que tem por base o preconceito e ódio contra diferentes práticas sociais relacionadas à sexualidade, que tem sido caracterizada como LGBTfobia. Essas violências são marcadas por reações de medo por parte da comunidade que as sofre e por isso a construção de um imaginário do medo. Nosso objetivo é revisar os principais estudos teóricos e levantar um conjunto de dados sobre essas violências na área rural. O estudo contou com pesquisa bibliográfica, por meio de busca sistêmica em periódicos eletrônicos, além de levantamento de dados em observatórios acadêmicos e organizações da sociedade civil sobre a violência urbana e rural relacionada à LGBTfobia. Como principais achados da pesquisa, constatou-se: (i) carência de políticas públicas de conscientização e combate da violência contra pessoas LGBTQI+ no campo; ii) falta de pesquisas acadêmicas e banco de dados sobre a LGBTfobia no rural; iii) necessidade de dar visibilidade às lutas da comunidade LGBTQI+ e simultaneamente se pensar políticas de fortalecimento de diálogo sobre a violência, proteção dos ativistas dos movimentos sociais no rural e avanço na garantia de direitos.

Palavras-chave: LGBTfobia. Violência. Políticas Públicas. Rural

TERRITORY OF FEAR: DISCOVERING LGBTPHOBIA IN RURAL BRAZIL

Abstract: This article aims to investigate and reflect on violence that is based on prejudice and hatred against different social practices related to sexuality, which has been called LGBTphobia. This violence is marked by reactions of fear on the part of the community that suffers it and therefore the construction of an imaginary of fear. Our objective is to review the main theoretical studies and collect a set of data on this violence in rural areas. The study involves bibliographical research, through a systemic search in electronic journals, in addition to collecting data from academic observatories and civil society organizations on urban and rural violence related to LGBTphobia. The main results of the research were: (i) lack of public policies to raise awareness and combat violence against LGBTQI+ people in the countryside; ii) lack of academic research and database on LGBTphobia in rural areas; iii) the need to give visibility to the struggles of the LGBTQI+ community and simultaneously think about policies to strengthen dialogue about violence, protect activists from social movements in rural areas and advance the guarantee of rights.

Keywords: LGBTphobia. Rural. Violence. Public Policies

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: <jeagomes50@gmail.com>

INTRODUÇÃO

A partir de 1995 ocorreram avanços de arranjos políticos e de instrumentos legais visando a garantia de direitos das LGBTQIAPN+ no Brasil, sendo contabilizado grande amplificação no governo Lula (2003-2011). Tais Políticas Públicas passaram a incomodar diversos setores conservadores e lideranças cristãs, ganhando força durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), procuravam atuar na disseminação de discursos fundamentalistas e na mobilização da ideologia de gênero para desconstruir as políticas públicas que vinham sendo construídas até então, ameaçando direitos das LBTQIAPN+.

Partimos da premissa que essas ameaças se dão com maior ênfase na zona rural, pois em comunidades pequenas percebe-se que o controle sobre o indivíduo é maior. O que fundamentou a hipótese de um imaginário da liberdade para os LGBTQIAPN+ rural no contexto da cidade, que reforça a construção social do campo como um território de medo, onde “o medo se territorializa no indivíduo, estabelecendo atitudes que possibilitam a diminuição da sensação de segurança, como evitar transitar e permanecer em determinados locais” (MOURA et al., 2020, p. 03).

No entanto, a revisão da literatura e a análise dos dados evidenciam que a violência também é fatídica nos centros urbanos, onde o medo se territorializa no próprio espaço urbano, em praças, ruas e lugares normalmente considerados perigosos (Moura et al., 2020, p. 03).

Portanto, percebe-se que como resistência ao preconceito e a LGBTfobia, um dos fatores que contribui para o imaginário da liberdade para os LGBTQIAPN+ rurais no contexto da cidade é a legitimação do campo como um território de medo, onde “o medo se territorializa no indivíduo, estabelecendo atitudes que possibilitam a diminuição da sensação de segurança, como evitar transitar e permanecer em determinados locais” (MOURA et al., 2020, p. 03).

A construção social do imaginário dos territórios do medo e o da liberdade, impactam diretamente nas práticas socioespaciais da comunidade LGBTQIAPN+, que são alteradas, principalmente no ato de evitar o uso de espaços e locais urbanos, onde eles se configuram como “territórios do medo”. Dessa forma, o medo se legitima como uma multiterritorialidade que varia no tempo e no espaço, evidenciando que o imaginário de liberdade e refúgio cosmopolita é falso, na medida que, como mostram Moura et al. (2020, p.03) “os discursos que compõem o espaço urbano e de determinados grupos limitam a mobilidade dos gestos e dos afetos da população LGBTQIAPN+, restringindo o acesso a certos espaços devido ao medo e à materialização da violência. Assim, em situações de perigo e exposição à LGBTfobia, esses indivíduos retornam ao “armário” como medida de proteção, indo de encontro ao imaginário de liberdade cosmopolita”.

Assim, o primeiro ponto relativo ao problema de pesquisa visa abordar e apontar o apagamento e a ausência de trabalhos acadêmicos sobre temáticas relacionadas a sujeitos LGBT rurais no Brasil e em outras partes do mundo. Contrapondo-se a um pensamento do “homem” camponês genérico e enfocando olhares para os próprios sujeitos rurais que se mobilizam e refletem sobre as sexualidades.

Outra questão seria relativa ao cenário desalentador para comunidade LGBTQIA+ brasileira, com o aumento dos casos de LGBTfobia nos últimos quatro anos e do retrocesso nas políticas públicas para a população entrelaçada com a negação de direitos humanos.

Neste contexto, o presente estudo investiga enfoca na violência provocada pela a LGBTfobia no Brasil rural, utilizando de levantamentos de dados, por meio de indicadores, notícias e manchetes eletrônicas,

buscando visibilizar sujeitos que estão subjugados por uma norma patriarcal hegemônica e coercitiva. Na sequência, além desta introdução e das considerações finais apresentaremos o percurso metodológico, seguido de revisão das especificações teóricas, culminando com a apresentação das análises dos indicadores e notícias sobre a LGBTfobia, do urbano ao rural.

NA TRILHA DO ARCO-ÍRIS: PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia foi estruturada em diversas etapas que incluíram revisão bibliográfica, coleta de dados, indicadores sobre a LGBTQIAPN+fobia, notícias e matérias jornalísticas relacionadas.

Diante de constantes alterações da sigla da comunidade optou-se pela padronização da utilização da sigla LGBTQIAPN+, que é a sigla mais atualizada, no entanto, no decorrer da revisão sistemática realizada, sentiu-se a necessidade de procedermos com busca sistemática com outras variações da sigla, a exemplo da sigla LGBT e LGBTQ+.

Assim, na primeira etapa realizou-se uma busca sistemática em periódicos científicos e bibliotecas virtuais, adotando como bases de dados o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Capes. Nessa busca diligente, os descritores utilizados abarcaram como temas de interesse: “rural”, “gênero”, “sexualidade”, “identidade”, “resistência”, “LGBTQIAPN+” e “imaginário”, todos eles considerando a língua portuguesa como âmbito de análise.

No segundo momento, para compreender o cenário da LGBTQIAPN+fobia no Brasil, realizou-se uma coleta de dados e indicadores referentes à violência contra a população LGBTQIAPN+. Os dados foram obtidos a partir de fontes oficiais, como observatórios acadêmicos, relatórios de ONGs e entidades de direitos humanos, e incluíram informações sobre o número de casos de violência, homicídios e suicídios. Uma análise desses dados foi crucial para contextualizar a problemática da LGBTQIAPN+fobia e embasar o estudo empírico. Além disso, realizou-se uma pesquisa de notícias e reportagens relacionadas à LGBTQIAPN+fobia no contexto rural brasileiro. As notícias foram coletadas de fontes de mídia digital, e serviram como complemento à compreensão dos casos específicos de violência enfrentados pela população LGBTQIAPN+ em áreas rurais, mas, infelizmente não foram encontradas notícias de grande repercussão.

O processo de busca sistêmica bibliográfica exigiu uma estrutura rigorosa, atendendo aos critérios estabelecidos da seguinte maneira: (i) inicialmente, a pesquisa teve início ao localizar artigos que abordavam questões relacionadas ao contexto rural brasileiro, examinando os resumos em português, espanhol e inglês; (ii) em seguida, uma seleção priorizou artigos que tratavam de temas específicos sobre gênero e sexualidade; (iii) por fim, foram escolhidos aqueles que se alinharam com os aspectos centrais de nossa pesquisa: identidade, resistência, conservadorismo e o universo LGBTQIAPN+. Paralelamente, foram consideradas apenas publicações que disponibilizaram textos completos e foram publicados entre os anos de 2019 e 2022. Como critérios de exclusão, foram descartados artigos de acesso restrito ou pago, assim como textos focados unicamente nas questões econômicas dos espaços rurais.

Em seguida, utilizando a ferramenta de busca avançada do periódico Capes, foram identificados inicialmente 35.276 artigos que continham o descritor “rural”. Com a aplicação do filtro “gênero”, esse número foi limitado para 93 estudos, dentre os quais apenas um abordou a temática da sexualidade. Além disso, foram transferidos 39 artigos que exploraram o descritor “identidade”, enquanto 35 trataram da questão da

resistência, com dois deles enfocando o protagonismo feminino em relação ao gênero. Quanto ao descritor “imaginário”, foram identificados 9 artigos que abordavam os imaginários sociais e urbanos-rurais, mas sem explorar especificamente as experiências LGBTQIAPN+. Ao usar o descritor “LGBTQIAPN+”, apenas um artigo relevante foi localizado. Compreendendo que o termo LGBTQIAPN+ é recente e vem passando por uma constante ampliação, procedemos com a busca pelo termo LGBT e, ao remover as letras “Q”, “T”, “A”, “P”, “N” e o sinal de adição, foram encontrados em 9 estudos internacionais. Por fim, ao reintroduzir a letra “Q” e o sinal de adição, o número expandiu para 44 pesquisas, todas relacionadas à comunidade LGBTQ+ no contexto rural.

No contexto do SciELO, foram aplicados critérios específicos de pesquisa, incluindo o idioma português, o período de publicação entre 2019 e 2022, e as áreas temáticas de ciências sociais e humanas, priorizando artigos considerados citáveis. Esta investigação minuciosa revelou a presença de 147 artigos, distribuídos ao longo do tempo com 33 em 2019, 33 em 2020, 42 em 2021 e 39 em 2022. A busca utilizando o descritor “gênero” descobriu na identificação de 14 artigos, porém não foram encontrados estudos que abordassem a temática da sexualidade. Apenas um artigo foi encontrado com o descritor “identidade”, enquanto nenhum tratou dos temas de resistência, imaginário ou LGBTQIAPN+. A pesquisa realizada utilizando cada letra da sigla “LGBTQIAPN+” não foi investigada em artigos pertinentes. Por fim, no Google Acadêmico, ao utilizar os descritores “rural, gênero, sexualidade”, foram encontradas 2 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado relevantes para o nosso estudo.

Quadro 01 - Artigos com análise profunda citados ao longo do texto

Título	Autor/autora	Objetivo	Relevância para o estudo empírico	Localizado no periódico
Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais: Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias	Paulo Jorge Vieira	Compreender a Inter-relação entre mobilidade, migrações e orientações sexuais	reflexões que cruzam, metaforicamente e materialmente, as formas de mobilidades com a orientação sexual nomeadamente através da análise da metáfora da ‘saída do armário’	Capas

Metronormatividades nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil	Marcelo Augusto de Almeida Teixeira	as relações migratórias a partir da ótica do gênero e identidades sexuais Compreender	A supervalorização do ambiente urbano na formação indenitária homossexual seria avaliado criticamente sob o conceito	Capex
A epistemologia do armário	Eve Kosofsky Sedgwick	Analisar o processo de revelação da sexualidade, trazendo a metáfora do armário	“o armário”, ou o “segredo aberto”, marcou e ainda marca a vida gay/lésbica	SciELO
O medo de voltar para casa: revisitando o nexo entre (homo) sexualidades e deslocamentos a partir do conceito de sexílio	Nicolas Wasser; Isadora Lins França	Realizar uma leitura crítica da noção de sexílio, que surge nos Estados Unidos, nos anos 1990, em referência à experiência de exílio vivida por homossexuais porto-riquenhos que deixaram seu país de origem por motivo de sua orientação sexual.	No contexto brasileiro, um uso mais frequente da noção de sexílio tem surgido em pesquisas relacionadas ao refúgio de pessoas identificadas como LGBTQI+ que, ao trazer para o debate as questões relacionadas aos (não) pertencimentos e aos deslocamentos subjetivos, tensionam a fixidez das abordagens jurídicas de categorias e sujeitos.	SciELO
Insensatos afetos: Homossexualidade e homofobia na telenovela brasileira	Manoel Antônio dos Santos; Fabio Scorsolini-Comin	Investigar o modo como a temática homossexual tem sido retratada na telenovela brasileira Insensato Coração, veiculada em 2011.	Influência midiática no processo de revelação e aceitação das identidades pelas famílias a partir de um instrumento midiático	SciELO

O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafiosI	Cláudia Pereira Vianna	Explora a relação entre Estado e movimentos sociais na produção de políticas públicas de educação voltadas para o gênero e para a diversidade sexual.	Investigações acerca da relação entre Estado e movimentos sociais na produção de políticas públicas de educação, sob a ótica das relações de gênero e da diversidade sexual.	SciELO
--	------------------------	---	--	--------

Fonte: elaboração própria, 2023.

A partir deste processo de mensuração, foram selecionados seis artigos para a realização de leitura analítica, conforme descrição do quadro 01, utilizando como requisito primordial a maior proximidade com o objeto empírico do nosso estudo, onde apenas 4 foram utilizados em nossa base teórica e são citados no decorrer deste estudo.

TRANSCENDENDO TERRITÓRIOS

Procura-se nesta pesquisa compreender o gênero como fundamento de práticas de violência contrapráticas culturais e processos de subjetivação frente a construção de sexualidades. Entende-se gênero como práticas sociais e culturais concernentes à relações de poder decorrentes de rígidas normas sociais que se repetem no público e no privado, e que assumem formas autênticas, naturais, dualistas e hierárquicas, produzindo certo tipo de violência corporal, além de perceber, construir, criar, recriar (BUTLER, 2003).

Destarte, a fantasia e possibilidade de libertação do “armário”, de um corpo assumidamente LGBTQIAPN+ transcendendo as normatividades das identidades de gênero, de lugares normalizadores, como os assentamentos rurais, cidades pequenas e zonas não urbanas, recolocam os espaços dos movimentos LGBTQIAPN+ para além das fronteiras urbanas.

Pois, como bem afirma Foucault (2004b), esses movimentos, tradicionalmente marcados pela luta cívica e política, teriam o poder de extrapolar suas necessidades para uma estética, uma arte que possibilita que gays e lésbicas usufruam de sua sexualidade como autocriação de novas formas de relacionamento e amor, ou seja, criar uma cultura gay que retirasse a sexualidade do segredo e libertando a criatividade que existe nele.

Portanto, ao refletirmos sobre a homossexualidade em áreas rurais ou não urbanas, nos referimos ao conceito de gênero que nas palavras de Butler (2003), vai além da simples organização em torno da anatomia sexual para torná-la mais apropriada ligados aos efeitos dos atos de fala disponíveis que foram modificados historicamente, produzindo diferenças na relação entre o psicológico e o social.

Quando pensamos na resistência ao poder, a normatividade e a LGBTfobia no meio rural, observamos que esses padrões subversivos e as normas subjetivas ditadas pelas políticas normativas inspiram impulsos afirmativos e demandam outras sensibilidades (ROSA, 2009).

Deste modo, é notório que exista uma relação entre a possibilidade da vivência LGBTQIAPN+ e as regiões urbanas, onde Eribon (2008, p.31), enfatiza que “a cidade sempre foi o refúgio dos homossexuais”, neste sentido, os estudos de Parker (2002, p. 251-252), elucidam que:

para os homens que foram criados no interior, em áreas rurais ou pequenas cidades, a nova

abertura, o anonimato e a tolerância de capitais estaduais ou regionais como Fortaleza podem representar um enorme alívio. Para homens que cresceram nessas cidades, contudo, o peso da vigilância familiar, a pressão social da vizinhança e assim por diante podem ser excessivos, e fugir para cidades grandes como o Rio de Janeiro ou São Paulo passa a ser uma alternativa (PARKER, 2002, p. 251-252).

Destarte, percebe-se que existe uma relação entre a não-heterossexualidade e o ambiente urbano, sendo uma problemática ao meio rural, que segundo Didier Eribon (2008, p.31-33) ao constatar que as cidades sempre foram refúgios para os LGBTQIAPN+ afirma que “hoje ainda, é permanente a migração dos gays e das lésbicas para as cidades grandes ou as capitais” homossexualidade tem ligação com a cidade”, onde Vieira (2011, p.50) enfatiza que “um dos elementos centrais da construção das subjetividades lésbicas e gays está relacionado com a atratividade dos espaços urbanos centrais, em especial as metrópoles”. Nesse ínterim, Teixeira (2015, p.27), afirma que:

a cidade, mesmo com o anonimato oferecido pelas massas urbanas, contraditoriamente pavimentaria o caminho para a formação identitária “homossexual” e “lésbica”, porque no urbano os corpos identificados (ou estigmatizados) com essas subjetividades se tornaram legíveis, para si e para os outros, reconhecendo-se, agrupando-se ou repelindo-se. Ou seja: migração trouxe a oportunidade e/ou a necessidade de corpos se libertarem da vigilância do meio rural; o capitalismo forneceu os meios necessários para estes corpos se libertarem da dependência econômica familiar, dando-lhes certa autoridade sobre seus próprios corpos; a urbanização produziu espaços que por sua vez forneceram oportunidades de encontros sexuais e reconhecimento, além de proporcionar o anonimato que não só protegia como tornava legível a preferência sexual.

Todavia não se deve pensar que não existe afetividade e relações entre LGBTQIAPN+ residentes em zonas rurais, uma vez que Rogers (2006) em sua pesquisa etnográfica constatou que a prática de relações homossexuais masculinas em um pequeno povoado rural no interior do Ceará. Nessa mesma linha de pensamento Teixeira (2015, p.32) afirma que “com o advento da Internet, das salas de bate-papo online, das redes sociais e dos aplicativos de geolocalização gays, a sociabilidade homossexual em pequenas cidades (e mesmo no meio rural) seria reconfigurada, desestabilizando polaridades como centro e periferia, urbano e rural” mostrando exatamente que em meados dos anos 2000 ocorre a interiorização das manifestações da sociedade homossexual fora das grandes metrópoles do Brasil.

Apesar disto, as zonas urbanas ainda são atrativas para muitas pessoas LGBTQIAPN+ coadunando com o que Eribon (2008, p. 32) chama de “mitologia” da cidade e da capital na cultura gay, ou seja, um imaginário coletivo da homossexualidade no que diz respeito à existência de um “mundo gay” nas grandes cidades. Por que as metrópoles possibilitam o estabelecimento de um “mundo gay”? A partir desse contexto é importante destacar dois conceitos que são relevantes ao nosso estudo, principalmente quando se busca analisar a migração de LGBTQIAPN+ das zonas rurais para os centros urbanos. O primeiro deles seria a região moral de Park (1976) e o anonimato relativo de Velho; Machado (1977). Em cidades pequenas não urbanizadas, embora que os sujeitos desempenham papéis diferentes, estes são reconhecidos pelo seu grupo social onde “a rotina da cidade do interior consiste exatamente nisso”. As expectativas são cumpridas cotidianamente” (VELHO; MACHADO, 1977, p. 80).

Portanto, manter um relacionamento com alguém do mesmo sexo de forma anônima em cidades pequenas é bem improvável porque a vigilância social é forte, em comparação às grandes cidades onde é possível manter esse anonimato característico da grande metrópole possibilidade de desempenhar papéis

diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estaques. Isto é o que seria o anonimato relativo” (VELHO; MACHADO, 1977).

Entretanto, esse anonimato não é absoluto uma vez que a própria mobilidade que favorece o deslocamento de um indivíduo entre diversos meios sociais dificulta a existência de áreas que sejam exclusivas (VELHO; MACHADO, 1977, p. 80). Destarte, a liberdade que os grandes centros urbanos proporcionam a população LGBTQIAPN+ permite com que os que vivem no “armário” onde “a grande cidade se torna um refúgio, principalmente para aqueles que em algum momento divergem do comportamento padrão: sendo menos vigiados são igualmente menos punidos” (LANZARINI, 2013, p. 71).

Mas, embora a cidade grande proporcione um relativo anonimato, ela permite a construção de redes afetivas onde pessoas com interesses, gostos e desejos semelhantes interajam umas com as outras como destaca Eribon (2008, p. 34) “um homossexual que decide ir viver numa cidade grande agrega-se àqueles que seguiram esse percurso antes dele e faz existir um mundo que o atrai e com o qual ele, com frequência, sonhou muito tempo antes de poder a ele ter acesso”.

Assim, é importante destacar que nem todos os sujeitos rurais embarcam em uma “diáspora” em direção ao mundo urbano; muitos vivem no meio rural, adotando novas formas de convivência e sobrevivência, com diferentes aspectos do metropolitano, formulando sua própria resistência diante da heteronormatividade. Neste contexto, o vivenciar de uma sexualidade ou de uma expressão de gênero dissidente no meio rural deve ser entendido como um evento de dimensões e alcances distintos do praticado no meio urbano (Magalhães (2017).

A IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA AMEAÇA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS A COMUNIDADE LGBTQIA+ BRASILEIRA

O discurso da ideologia de gênero começou a ser formulado pela Igreja Católica, junto com membros de igrejas evangélicas, em meados da década de 1990, como enfatiza Machado (2018, p. 03):

na segunda metade da década de 90, sacerdotes e teólogos começaram, então, a formular um discurso para rebater a perspectiva de gênero que vinha sendo desenvolvida pelas acadêmicas feministas de vários países do mundo. As estratégias discursivas adotadas pelas/os intelectuais da Igreja Católica relacionam os pressupostos da perspectiva de gênero com as ideologias seculares e com as formas de sexualidades alternativas ao padrão cristão.

Abordando ainda o surgimento da chamada ideologia de gênero, Junqueira (2017, p. 47) afirma que a ideologia é uma “invenção católica que surgiu sob os auspícios do Pontifício Conselho para a Família e das conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos anos 2000.” O autor supracitado enfatiza:

a chamada “ideologia do gênero” é “denunciada como uma forma de ‘doutrinação neototalitária’, de raiz marxista e ateia (...) camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade (...) uma imposição do imperialismo cultural dos Estados Unidos da América, da ONU, da União Europeia e das agências e corporações transnacionais dominadas por ‘lobbies gays’, feministas, juntamente com defensores do multiculturalismo e do politicamente correto, extremistas ambientalistas, neomarxistas e outros pós-modernos” (JUNQUEIRA, 2017, p. 49-50).

É importante ressaltar, ainda, que segundo Junqueira (2007, p. 48), a referida ideologia funciona

como um “slogan catalisador de manifestações contra políticas sociais, reformas legais e ações pedagógicas que promovem os direitos sexuais e punem suas violações, abordando preconceitos, prevenindo a violência e combatendo as discriminações (hetero) sexistas”. As ideias do grupo que defende esta ideologia são completamente contrárias: à legalização do aborto, à criminalização da homofobia, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, à adoção de crianças por casais homossexuais, à paternidade homossexual e à criação de políticas educativas para a igualdade/diversidade sexual e de gênero.

Para compreender como a ideologia de gênero se enraizou no Brasil, é importante compreender os avanços alcançados no desenvolvimento e formulação de políticas e projetos públicos que valorizam a igualdade de gênero e a garantia dos direitos humanos. Os avanços começaram em 1995 com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH como política de governo. Segundo Machado (2018), “a adoção dessa política governamental ampliada nos anos subsequentes favoreceu os movimentos feministas e LGBTQIAPN+” nos debates relacionados à desigualdade de gênero e à discriminação por orientação sexual dentro dos órgãos governamentais. A ampliação do PNDH em sua segunda edição em 2002 trouxe uma proposta com ações específicas direcionadas às mulheres, à comunidade LGBTQIAPN+ e às pessoas que vivem com HIV e AIDS.

Os projetos continuaram avançando no governo Lula, entre os quais Machado (2018) destaca a realização da “1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres” e o lançamento do “Brasil sem homofobia”; a realização de Audiência Pública sobre Aborto; a realização da primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais; o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III) e do Plano Nacional de Educação (PNE), submetido ao Congresso Brasileiro em 2010.

Esses projetos começaram a inquietar diversos políticos e lideranças de igrejas católicas e evangélicas, que passaram a formular discursos contra o que viam como a mobilização da ideologia de gênero para desconstruir as políticas públicas que estavam sendo construídas que contradizia os movimentos LGBTQIAPN+ e feministas. Neste contexto, Machado (apud Lacerda 2016) deixa claro que, um dos vários fatores que provocaram esse fenômeno foi a apresentação do Projeto de Lei 8.035/10 (BRASIL, 2010) com o Programa Nacional de Educação. Com os últimos acontecimentos e retrocessos, no cenário político do país, esses grupos só se fortaleceram, principalmente após a eleição do ex-presidente, que acredita e defende veementemente a existência de uma ideologia de gênero capaz de violar os princípios familiares.

LGBTFOBIA: DO URBANO AO RURAL

Em todo o processo histórico brasileiro a população LGBTQIA+ vem sofrendo com violações de direitos básicos, que são negados aos mesmos, esse quadro se agrava quando falamos da realidade vivida nas cidades do interior, onde o conservadorismo impera. Claro que para além de tudo isso, o jovem tem a ilusão de que nas grandes cidades terão oportunidades de emprego e serão “aceitos”, “respeitados” por suas escolhas. Para Anne-Marie Fortier (2003), há relação entre “sair do armário” e “diáspora”, pois ambos os termos sugerem uma partida de retorno improvável para o local de origem: sair do armário seria a perda de uma suposta origem ubíqua (a heterossexualidade) enquanto a diáspora seria a perda da terra de nascença. O que sabemos que, na prática, não acontece. Ou seja, o preconceito e a homofobia está presente tanto no campo como na cidade.

campo como na cidade.

Segundo relatório “Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”, publicação da associação Gênero e Número (2019), 51% das pessoas LGBTQIA+ relataram ter sofrido algum tipo de violência motivada pela sua orientação sexual ou identidade de gênero onde destas, 94% sofreram violência verbal (Gênero e Número, 2019). O documento destaca ainda que, cerca de 20 milhões de brasileiras e brasileiros (10% da população), se identificam como pessoas LGBTQIA+, e cerca de 92,5% dessas pessoas relataram o aumento da violência contra a população LGBTQIA+ (Gênero e Número, 2019). Segundo dados do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil (2022), em 2021, houve no Brasil, pelo menos 316 mortes violentas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo (LGBTI+). Esse número representa um aumento de 33,3% em relação ao ano anterior, quando foram 237 mortes. Os dados constam do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil (Dossiê de Mortes e Violências, Contra LGBTI+ no Brasil, 2022). As regiões Nordeste e Sudeste tiveram 116 e 103 mortes violentas, respectivamente. As demais regiões ficaram em torno de 30 mortes cada uma: 36 no Centro-Oeste, 32 no Norte e 28 no Sul. Esses dados estão atrelados à última eleição presidencial do Brasil, em 2018 (ANTRA, ABGLT. 2022).

Os crimes de estupro contra a população LGBTQIA+ cresceram 88,4% entre os anos de 2020 e 2021, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2022. Em números absolutos, o documento traz dados de registros dos estupros que passou de 95 notificações em 2020 para 179 no ano passado. O número real de casos, no entanto, deve ser ainda maior porque foram computadas apenas as informações fornecidas pelas secretarias de Segurança Pública estaduais e pelas polícias (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

O balanço, por exemplo, não computa dados de estados como São Paulo, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que não forneceram ou não dispõem de informações detalhadas sobre o tema. Além disso, há que se considerar também a subnotificação dos casos já que muitas pessoas não registram a violência das quais foram vítimas. Na contramão dos dados nacionais que revelaram queda no número de mortes intencionais, os assassinatos de pessoas LGBTQIA+ registraram crescimento de 7,2% no ano passado. Em 2020, o balanço computou 167 homicídios dolosos [intencionais] contra essa população. Em 2021, foram computadas 179 mortes. O número deve ser ainda maior já que diversos estados deixaram de divulgar essas informações (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Outro entrave para o combate aos crimes de homicídio contra LGBTQIA+ é a dificuldade do Estado em registrar homicídios de natureza LGBTfóbica. Em estudo realizado por Wendt (2017), junto à atuação da Polícia Civil na cidade de Porto Alegre/RS nos casos de homicídios de LGBTQIA+, identificou que os policiais não souberam afirmar com certeza a existência de formulários com campos específicos para ser preenchido com informações de identidade de gênero e orientação sexual, não havendo uma preocupação por parte dos agentes responsáveis pelas investigações, para que realmente existam esses campos, e muitos deles referiram que não há o hábito de preenchimento dessas informações.

Wendt (2017), concluiu que os dados de homicídios contra LGBTQIA+ existem, porém não são catalogados ou de pronta análise, o que requer a necessidade de uma orientação aos órgãos públicos de polícia judiciária, no sentido de que possam não só catalogar e melhorar seus sistemas e formas de acompanhamento dos casos envolvendo as vítimas de homicídio, como também ser estendida a outros delitos, inclusive de menor potencial ofensivo.

Outro crime que também apresentou alta estatística foi a lesão corporal dolosa contra as pessoas LGBTQIA+, que passou de 1.271 notificações para 1.719, um crescimento de 35,2%, onde 13% das ocorrências as pessoas sofreram também violência física. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais/ABGLT, (ANTRA, ABGLT. 2022).

A pesquisa revela ainda que, em comparação com os Estados Unidos, por exemplo, as trans brasileiras correm um risco 12 vezes maior de sofrer morte violenta do que as estadunidenses. Esse é apenas um dos levantamentos que apontam o Brasil como o país que mais mata pessoas trans.

O Relatório Mundial da Transgender Europe – TGEU, mostra que de 325 assassinatos de transgêneros registrados em 71 países nos anos de 2016 e 2017, um total de 52% – ou 171 casos – ocorreram no Brasil (TGEU, 2021).

A ausência de recursos para implementação de políticas públicas de combate à violência contra LGBTQIA+ é outro obstáculo encontrado pela comunidade. Neste cenário, um estudo divulgado pelo instituto república.org, em 2022, revelou que 26,9% dos estados brasileiros não mencionam as comunidades LGBTQIA+ em seus Planos Plurianuais/PPAs (Frias;Campagnac, 2022). O documento previsto na Constituição Federal, de acordo com o Ministério da Economia, define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública com vigência de quatro anos, norteando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Não ter menção das comunidades LGBTQIA+ nos PPAs (Plano Plurianua) pode implicar na falta de políticas públicas direcionadas a estas comunidades durante o período de vigência.

O lema do mencionado relatório emitido pela Transgender Europe é de que os assassinatos motivados por LGBTfobia são apenas a “ponta do iceberg” (TGEU, 2021). Em pesquisa publicada no portal Fundo Brasil (2017) baseada em dados coletados por meio do Disque 100, projeto desenvolvido pelo do Ministério dos Direitos Humanos, no ano de 2017, “identificou-se que a maior parte das denúncias das pessoas LGBTQIA+ diz respeito à violência psicológica. Essa categoria inclui atos de ameaça, humilhação e bullying” (SANTOS et al., 2022, p. 01).

A pesquisa ainda aponta que a LGBTfobia é a terceira maior causa para bullying. Além disso, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 apontou que 73% dos estudantes LGBTQIA+ já relataram terem sido agredidos verbalmente e outros 36% fisicamente. A intolerância sobre a sexualidade levou 58,9% das/os alunas/os que sofrem agressão verbal constantemente a faltar às aulas pelo menos uma vez ao mês (FUNDO BRASIL, 2017).

Em segundo lugar nas denúncias de LGBTQIA+ ao Disque 100 estão os crimes de discriminação – por conta do gênero e/ou sexualidade de um indivíduo em diversas esferas, como na da saúde e do trabalho. Já em terceiro lugar está a violência física – que inclui desde a lesão corporal até o homicídio. Estima-se que jovens rejeitados por sua família por serem LGBTQIA+ têm 8,4 vezes mais chances de tentarem suicídio. Essa estatística se traduz em outra: dentre adolescentes, lésbicas, gays e bissexuais têm até cinco vezes mais chances de tirarem a própria vida do que as/os heterossexuais (FUNDO BRASIL, 2017). A partir desses indicadores, muitos não deixam claro a situação das zonas rurais brasileiras, que tem os casos de violência e LGBTfobia subnotificados.

Destarte, ao analisar pesquisas e notícias sobre a LGBTfobia no Brasil, percebe-se que tanto o campo quanto a cidade apresentam realidades obscuras para a população LGBTQIAPN+, conquanto os dados

sobre o cenário rural são bem escassos, tornando um desafio a ser enfrentado ao longo da pesquisa de doutoramento. Segundo dados presentes no dossiê do observatório do grupo gay da Bahia, em 2022, 256 LGBTQIAPN+ tiveram suas vidas ceifadas no Brasil. O estudo mostra que desse total 242 foram homicídios (representando 94,5% do total) e 14 foram suicídios (representando 5,4%). Os dados registrados reafirmam que “o Brasil continua sendo o país onde mais LGBTQIAPN+ são assassinados no mundo: uma morte a cada 34 horas” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2022).

Na zona rural, em 2022, Com relação aos dados, sobre a realidade rural, não foram localizados relatórios específicos, todavia o levantamento de notícias e nos relatórios da pastoral da terra de 2020 a 2022, revelam que na zona rural, em 19 de agosto de 2019, ocorreu um trágico incidente em que Aline da Silva, uma ativista trans filiada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi brutalmente assassinada por dois desconhecidos durante uma festa na cidade de Arcoverde, em Pernambuco. Em 5 de junho de 2020, Safra Nunes, também uma mulher trans militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), foi vítima de uma agressão transfóbica na cidade de Cedro, também em Pernambuco. Além disso, no início deste ano, mais precisamente em 26 de janeiro de 2021, no município de Pau D’Arco, no Estado do Pará, ocorreu o cruel assassinato de Fernando dos Santos Araújo, um homem gay associado ao MST (CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO – CPT, 2020).

Ainda no ano de 2019, segundo informações do portal Marco Zero o estado de Pernambuco registrou o assassinato de Sandro, um homem gay que era professor do curso de Agroecologia na ONG Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), ele atuava na defesa da agricultura familiar e dos direitos LGBTQIAPN+ (PORTAL MARCO ZERO, 2019).

Em 03 de maio de 2021, o portal jornalístico UOL, estampava em sua manchete principal a morte de um “ativista LGBT ligado ao PT é achado carbonizado; polícia apura homofobia” (Uol, 2021). A matéria em destaque tratava-se do assassinato de Lindolfo Kosmaski, de 25 anos, LGBTQIAPN+ rural que atuava no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e no Partido dos Trabalhadores (PT), residente do estado do Pará. Em 2022, o portal Brasil de Fato noticiou a morte de um homem gay conhecido pelos assentados como Suzy, militante ativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Paraíba. Em nota, o MST informou que ele participava ativamente das atividades do movimento e tinha o sonho de se tornar um assentado da reforma agrária. O movimento informou ainda que ele cultivava diversos produtos em sua terra (BRASIL DE FATO, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O extenso levantamento e análise realizados neste artigo oferece uma visão detalhada das complexidades enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ tanto em ambientes urbanos quanto rurais no Brasil. Os dados revelam um cenário desalentador, marcado por retrocessos, violência, discriminação e falta de reconhecimento dos direitos básicos dessa comunidade. Portanto, a LGBTfobia se manifesta de várias maneiras, desde violência verbal, psicológica, passando para agressões físicas e homicídios, refletindo em taxas alarmantes de crimes, onde no Brasil são registrados os maiores números de pessoas LGBTQIAPN+ assassinadas. Cenário preocupante quando aliado a desigualdade na implementação de políticas públicas e na coleta de dados precisos, evidenciando a falta de recursos e atenção dedicada à proteção e promoção dos direitos dessas pessoas, especialmente na zona rural, onde os casos de violência e LGBTfobia parecem

aparentemente ser subnotificado e menos documentado.

Assim, a presente investigação permitiu inferir que a concepção amplamente difundida de que as metrópoles constituem refúgios seguros e acolhedores para a comunidade LGBTQIAPN+ que habita regiões rurais tem sido objeto de desmistificação, nesse contexto, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem executado ações concebidas no sentido de possibilitar experiências enriquecedoras para permanência e desenvolvimentos das identidades de sujeitas LGBTQIAPN+, sem a necessidade da “diáspora gay”. Contudo, é tolerante que persistem numerosos episódios de LGBTQIA+fobia nos contextos rurais, os quais, frequentemente, são subnotificados ou enquadrados como outras modalidades de crime.

Do ponto de vista das Políticas Públicas, no Brasil, tem-se que a partir de 1995 ocorreram avanços de arranjos políticos e de instrumentos legais visando a garantia de direitos das LGBTQIAPN+, como a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH como política governamental, que contribuiu com o debate público contra a discriminação em razão da orientação sexual. No governo Lula (2003-2011), por sua vez, destaca-se a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o lançamento do Brasil sem homofobia, além da realização da primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III), e o Plano Nacional de Educação (PNE), enviado para o Congresso brasileiro em 2010.

No entanto, tais ações e Políticas Públicas passaram a incomodar diversos políticos e lideranças cristãs, de igrejas católicas e evangélicas, que começaram a elaborar discursos fundamentalistas, de defesa da família e das crianças, ao que passaram a mobilizar a ideologia de gênero para atuar na desconstrução das políticas públicas que vinham sendo construídas até então. Diversos parlamentares começaram então a sugerir propostas e leis que ameaçavam os movimentos LGBTQIAPN+ e outros grupos minoritários, e que ganharam força política e social com a candidatura da família Bolsonaro (2019-2022).

REFERÊNCIAS

ALVES, Cida. Sem-terra gay é assassinado em assentamento na Paraíba; MST denuncia crime de homofobia. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildfato.com.br/2022/07/05/sem-terra-gay-e-assassinado-em-assentamento-na-paraiba-mst-denuncia-crime-de-homofobia>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ALVES, P. M. FERNANDES, S. M. S.; DUARTE, T. S. Território do medo para a população LGBTQIA +: Uma análise dos discursos sobre a fragmentação da cidade. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 29., Pelotas, 2020. *Anais [...]*. Pelotas: UFPel, 2020. p. 1-1.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS -ANTRA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS - ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021: Acontece Arte e Política LGBTI+**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS pelas pessoas LGBTQIA+. **Fundo Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://bitly.com/FtQtoZm>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, A. **Violência contra LGBT+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**. 2019. (Relatório de pesquisa).

- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.
- EBRAHIM, Raíssa. Assassinato de educador acende alerta para subnotificação de crimes de ódio contra LGBTs. **Portal Marco Zero**, 2019. Disponível em: <<https://marcozero.org/assassinato-de-educador-acende-alerta-para-subnotificacao-de-crimes-de-odio-contralgbts/>>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- CEDOC: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino– Comissão Pastoral da Terra - **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>>. Acesso em: 01 jul. 2023.
- DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.
- DELEUZE, G. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1996. v.3.
- ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FERREIRA, G. S. A relação campo cidade: dicotomia ou continuidade. In: CONINTER, 7., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2018.
- FORTIER, Anne-Marie. “Queer Diáspora.” In: *Handbook of Lesbian and Gay Studies*, 2002. **SAGE Publications**. [online] disponível em: <http://www.sageereference.com/hdbk_lgs/Article_n12.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Ano 16, 2022, ISSN 1983-7364. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- FOUCAULT, M. Uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. (Entrevista de Michel Foucault a B. Gallagher e A. Wilson. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento). **Verve**, vol. 5, 2004b. (260-277).
- FOUCAULT, M. “Os corpos dóceis”. In: FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.
- FRANCO, Maria. Sem-terra gay é assassinado em assentamento na Paraíba; MST denuncia crime de homofobia. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/05/sem-terra-gay-e-assassinado-em-assentamento-na-paraiba-mst-denuncia-crime-de-homofobia>>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- FRIAS, Paula; CAMPAGNAC, Vanessa. A visibilidade da população LGBTQIA+ nos instrumentos de planejamento do estado brasileiro. **República.org**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2022.
- GOMES, J.C. S et al. Colorindo o campo: a diversidade sexual no espaço rural. In: ENLAÇANDO, 5., 2017, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31470>>. Acesso em: 28 dez. 2022
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In: Alfrancio Ferreira Dias; Elza Ferreira Santos; Maria Helena Santana Cruz (org.). **Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações**. Aracaju: Editora IFS, 2017. p. 47-61.
- LANZARINI, R. Jorge. **Empresário de fora, casado e versátil**. Homoerotismo no anonimato das viagens. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis. 2013. 255 p.
- MACHADO, M. das DC (2018). O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, 2018. <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>>
- MAGALHÃES, Pedro Mourão De Moura. **Terra, amor e existência: sobre a atuação do coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

- MARIANO, A. S.; MARRO. K.I. As LGBTI+ do Campo e a Luta Contra LGBTIfobia. **Conflitos no campo Brasil**, v. 1, p. 222-230, 2021.
- MOURA, P.; DUARTE, T. S. Territórios do Medo para a População LGBTQIA+: Uma Análise dos discursos sobre a Fragmentação da cidade. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 29., Pelotas, 2020. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2020. v. 1. p. 01-04.
- ONG Transgender Europe (TGEU). **Mapa de direitos trans 2021 documenta perda alarmante de direitos trans**. Disponível em: <<https://tgeu.org/trans-rights-map-2021/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- PARK, R. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PARKER, Richard Guy. **Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 380 p.
- PELANDA, L. **Ativista LGBT ligado ao PT é achado carbonizado; polícia apura homofobia**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/03/professor-e-ativista-lgbt-ligado-ao-pt-e-achado-morto-pc-apura-homofobia.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- ROGERS, P. **Os afectos malditos: O indizível das sexualidades camponesas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ROSA, R. M. **Corpos híbridos na docência: experiências, narrativas de si e (des)construção das masculinidades no magistério**. (Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação pelo curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC), Florianópolis, SC, 2009.
- SANTOS, Antonio Carlos da Silva et al. Principais direitos LGBTQIA+ do Brasil. **Anais do MoEduCiTec 2022: Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica**, Ijuí, p. 1-5, 28 out. 2022. Disponível em: <https://educacaounijui.fapergs.wordpress.com/research/>. Acesso em: 8 nov. 2023.
- SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Insensatos afetos: Homossexualidade e homofobia na telenovela brasileira. **Barbarói**, v. 36, 5p. 0-66, 2012.
- SCHMITZ, A. **Mortes violentas de LGBT+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia**, 2022. Disponível em: <<https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- SEDGWICK, E. K A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, v. 17, p. 19-54, 2007.
- TEIXEIRA, M. "Metronormatividades' nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil". **Áskesis**, São Carlos-SP, v. 4, p. 23-38, 2015.
- TERRA, M. S. **LGBT Sem Terra: o amor faz revolução**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=04MnkQdV0Js>>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- PELANDA, Lorena. **Ativista LGBT ligado ao PT é achado carbonizado; polícia apura homofobia**. **Uol**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/03/professor-e-ativista-lgbt-ligado-ao-pt-e-achado-morto-pc-apura-homofobia.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2023.
- VELHO, G.; MACHADO DA SILVA, L. "Organização social no meio urbano". **Anuário Antropológico**, v. 76, p. 71-82, 1977.
- VIEIRA, P. "Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais. Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias". **Ex aequo**, Lisboa-PT, v. 24, p. 45-59, 2011.

WANDERLEY, Maria de N. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria; CASTRO, Elisa (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WENDT, Valquiria P. Cirolini. **Novos movimentos sociais e criminalização da homofobia**: análise de casos ocorridos na cidade de Porto Alegre sob uma perspectiva sociojurídica. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. 2017.